Legislação	Medida Provisória nº 618, de 28 de fevereiro de 2013
	Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências.
	A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: Art. 1º A Lei nº 10.552, de 13 de novembro de
Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002 Art. 1º Observada a competência do Senado Federal constante do art. 52, incisos VI a VIII, da Constituição e obedecidos os requisitos da legislação em vigor, fica o Poder Executivo autorizado, a critério do Ministério da Fazenda, a:	2002, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 1º
I - contratar em nome da União operação de crédito interno; e	
II - conceder garantia da União a entidades da administração federal indireta, bem como a Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração indireta, em operação de crédito interno, obedecidos os requisitos do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, em especial o do § 1º.	II - conceder garantia da União às entidades da administração pública federal indireta, inclusive suas controladas, e aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas entidades da administração pública indireta, inclusive suas controladas, em operação de crédito interno, observados os requisitos previstos no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000." (NR)
	Art. 2º Fica autorizado o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., no montante de até R\$ 15.000.000.000,000 (quinze bilhões de reais), destinado a honrar compromissos assumidos com os concessionários que irão explorar os trechos ferroviários definidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda. § 1º Para a cobertura do aporte de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da VALEC, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas

Legislação	Medida Provisória nº 618, de 28 de fevereiro de 2013
	características serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.
	§ 2º Os títulos emitidos na forma do § 1º somente
	poderão ser resgatados, e os seus respectivos
	rendimentos utilizados, para honrar os pagamentos mencionados no caput.
	Art. 3º Fica a União autorizada a renegociar as
	condições financeiras e contratuais das operações
	de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
	firmadas com fundamento no art. 26 da Lei nº
	9.491, de 9 de setembro de 1997; no art. 12 da Lei
	nº 10.438, de 26 de abril de 2002; no art. 1º da Lei nº 11.688, de 4 de junho de 2008; e no art. 1º e no
	art. 2-A da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.
	§ 1º As condições financeiras e contratuais da
	renegociação de que trata o caput serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda,
	observado o seguinte:
	I - as dívidas originais e os saldos renegociados
	deverão ser considerados pelo seu valor de face; e II - a remuneração poderá ser:
	a) equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo; ou
	b) caso mantida, sobre parte da dívida, uma
	remuneração baseada no custo de captação externa
	do Tesouro Nacional, em dólares norte-americanos, a remuneração será estabelecida em função do
	custo à época da renegociação, admitida a sua
	revisão, em intervalos não inferiores a três anos. § 2º Nos contratos celebrados ou renegociados
	com fundamento na Lei nº 11.948, de 2009, ato do
	Ministro de Estado da Fazenda poderá autorizar o
	não pagamento de antecipações devidas e não realizadas desde 30 de abril de 2013 pelo BNDES à
	União.
	Art. 4º Fica autorizado o BNDES, em suas
	operações ativas, lastreadas com recursos captados com a União, em operações de crédito, a adotar o
	contravalor, em moeda nacional, da cotação do
	dólar norte americano, divulgada pelo Banco
	Central do Brasil, como índice de atualização, e de cláusula de reajuste vinculado à variação cambial.
Medida Pravisária nº 2 106 3 de 24 de agosto de	Art. 5º A Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de
Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001	agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes
Art. 6° Fica a União autorizada a:	alterações: "Art. 6º
II - adquirir: a) da CEF, créditos decorrentes de operações	
realizadas diretamente com recursos do Fundo de	
Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e	
b) do Banco Central do Brasil, pelo valor de face	Į.

Legislação	Medida Provisória nº 618,
	de 28 de fevereiro de 2013
deduzidas as provisões efetuadas, os créditos contra a CEF e os utilizar em futura capitalização da instituição financeira, nos termos da legislação vigente.	
	§ 1º A exclusivo critério do Ministro de Estado da Fazenda, os créditos adquiridos pela União com fundamento na alínea "a" do inciso II do caput poderão ser substituídos por novos créditos decorrentes de operações realizadas diretamente com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS, pelo seu valor de face. § 2º Para fins da substituição referida no § 1º, os valores dos créditos adquiridos pela União serão corrigidos pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, desde a data de
	sua aquisição, descontados os recebimentos ocorridos no período. § 3º A CEF, a qualquer tempo, poderá readquirir
	da União, a exclusivo critério do Ministro de Estado da Fazenda, e pelo valor de face, os créditos dados para efeito da substituição de que trata o § 1º, admitindo-se a dação em pagamento, também pelo valor de face, de títulos CVSB e CVSD pertencentes à CEF." (NR)
	Art. 6º Ficam excluídas do cálculo da Receita Líquida Real prevista na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, as receitas provenientes da outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso, das operações urbanas consorciadas e da transferência do direito de construir de que tratam o art. 31, o § 1º do art. 33 e o art. 35 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, inclusive as já realizadas.
	Art. 7º Fica a União autorizada a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,000 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimônio de referência, nos termos de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
	§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o caput, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda. § 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada
	a equivalência econômica com o valor previsto no

	Medida Provisória nº 618,
Legislação	de 28 de fevereiro de 2013
	caput.
	§ 3º A remuneração a ser recebida pelo Tesouro
	Nacional deverá se enquadrar, a critério do
	Ministro de Estado da Fazenda, em uma das
	seguintes alternativas:
	I - compatibilidade com a taxa de remuneração de
	longo prazo;
	II - compatibilidade com seu custo de captação; ou
	III - remuneração variável.
	Art. 8º Com vistas a promover a cooperação
	energética com países da América Latina e a aproveitar racionalmente os equipamentos de
	geração de energia elétrica, órgãos e entidades
	federais poderão ceder, a título oneroso ou gratuito,
	o uso de bens caracterizados pela ANEEL como
	inservíveis à concessão de serviço público.
	§ 1º As ações de cooperação previstas no caput
	dependerão de aprovação prévia do Ministro de
	Estado de Minas e Energia.
	§ 2º Para a execução do previsto no caput, é
	dispensada a licitação para a União para contratar e
	celebrar acordos com empresas estatais federais
	para prestar ou supervisionar serviços de logística e
	de recuperação, reforma e manutenção de
Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012	equipamentos de geração de energia elétrica.
Art. 10. Até o exercício de 2017, ano-calendário	
de 2016, o valor despendido a título de aquisição	
do vale-cultura poderá ser deduzido do imposto	
sobre a renda devido pela pessoa jurídica	
beneficiária tributada com base no lucro real.	
§ 1º A dedução de que trata o caput fica limitada a	
1% (um por cento) do imposto sobre a renda	
devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da	
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.	1 2 2 1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2
§ 5º Para implementação do Programa, o valor	Art. 9º Fica revogado o § 5º do art. 10 da Lei nº
absoluto das deduções do imposto sobre a renda	12.761, de 27 de dezembro de 2012.
devido de que trata o § 1º deverá ser fixado anualmente na lei de diretrizes orçamentárias, com	
base em percentual do imposto sobre a renda	
devido pelas pessoas jurídicas tributadas com base	
no lucro real.	
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua	Art. 10 Esta Medida Provisória entra em vigor na
publicação.	data de sua publicação.

